

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Novas tecnologias no trabalho

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) comentou um estudo do Fórum Econômico Mundial e da Fundação Dom Cabral que trata das novas tecnologias, como a Inteligência Artificial, no mercado de trabalho nos próximos anos.

Estatuto do trabalho

“As novas tecnologias, especialmente a Inteligência Artificial, estão na pauta dos trabalhadores e estão sendo debatidas no novo Estatuto do Trabalho, atualmente em tramitação na Comissão de Direitos Humanos do Senado”, disse ao **Repórter Brasília** o senador Paulo Paim sobre o estatuto, da qual o parlamentar é relator.



Direitos Sociais

Na opinião de Paulo Paim “é fundamental que essas inovações incluam, em vez de excluir. Garantindo direitos sociais, promovendo empregos de qualidade e aumentando a renda das pessoas”.

Qualificação e requalificação

Para Paulo Paim, “é preciso também que o ensino técnico e profissionalizante avance com a perspectiva das novas tecnologias e da inteligência artificial, proporcionando aos jovens brasileiros oportunidades nesse novo cenário mundial”.

Redução da jornada do trabalho

“Com as novas tecnologias e a inteligência artificial, é necessário pensar também na redução da jornada de trabalho para garantir qualidade de vida, oportunidades de estudo e a geração de mais empregos,” acentua Paulo Paim. “Existem dois projetos de redução nesse sentido: um de minha autoria, que está no Senado, e outro da deputada Erika Hilton (PSOL), em tramitação na Câmara”, disse.

Segurança Pública

Com a resistência de governadores e da ‘bancada da bala’, o Ministério da Justiça deve encaminhar para análise da Casa Civil da Presidência da República a PEC da Segurança Pública. A medida cria o sistema único de segurança aos moldes do SUS, e amplia as competências das polícias Federal e Rodoviária Federal.

Aberração política

“Concentrar o monopólio da força policial num único ente federativo é uma aberração política que jamais podemos aceitar”, afirmou o deputado gaúcho Ubiratan Sanderson (PL), da Frente Parlamentar de Segurança Pública.

Sentido contrário

Na opinião do parlamentar, “quando o mundo todo caminha para a descentralização do poder estatal, o governo Lula vai no sentido contrário, tentando levar adiante uma proposta de Emenda à Constituição - PEC da Segurança -, que busca concentrar todo poder de polícia no Ministério da Justiça em Brasília, alijando as secretarias de segurança dos Estados”, reclama.

Esconder o verdadeiro objetivo

Além do mais, assinala Sanderson, “o projeto pode esconder o seu verdadeiro objetivo, ou seja: criar uma espécie de guarda nacional fardada, aos moldes da Guarda Nacional Bolivariana da Venezuela, responsável pelas maiores atrocidades, a mando do ditador Nicolás Maduro. Aliás, conhecido companheiro político do atual presidente do Brasil”.

Investir nas forças existentes

“O Governo Federal ajudaria muito se disponibilizasse recursos e condições materiais às forças policiais já existentes”, disparou Ubiratan Sanderson, da ‘bancada da bala’.

Encerrado prazo para que Meta explique nova política

Na sexta passada, AGU deu 72h para empresa esclarecer fim da checagem

/ TECNOLOGIA

O prazo para a Meta explicar à Advocacia-Geral da União (AGU) a nova política de moderação de conteúdo terminou ontem. A instituição notificou a empresa na sexta-feira (10), pedindo esclarecimentos em até 72 horas sobre o fim do sistema de checagem de fatos e explicações sobre a adoção de medidas para combater crimes como violência de gênero, racismo e homofobia em suas plataformas - Facebook, Instagram, Threads e Whatsapp. Até o fechamento desta edição, a Meta não havia se manifestado.

A decisão da Meta foi anunciada no último dia 7 pelo fundador e CEO da empresa, Mark Zuckerberg, em um vídeo. A partir de agora, a moderação de conteúdos reportados como nocivos será feita apenas quando indicada por usuários. Além disso, as redes sociais passarão a exibir mais conteúdo político nos feeds.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, criticou a postura da empresa, chamando-a de “biruta de aeroporto” devido à falta de clareza nas novas diretrizes. “A sociedade brasileira não ficará à mercê desse tipo de política”, afirmou. Segundo ele, a prioridade do



Mark Zuckerberg anunciou mudanças na moderação de conteúdo

governo é garantir a proteção de crianças, adolescentes e populações vulneráveis.

De acordo com Messias, ainda não se discute a suspensão das plataformas no Brasil. No entanto, ele destacou que, caso a resposta da Meta seja insatisfatória, medidas judiciais poderão ser tomadas. Para o advogado-geral da União, a falta de transparência da empresa levanta preocupações sobre o impacto nas populações mais afetadas pela desinformação e pelo discurso de ódio.

“Manifestações em plataformas digitais não podem ser reali-

zadas para gerar desinformação sobre políticas públicas nem minar a legitimidade das instituições democráticas, nem causar pânico na população, porquanto tal atuar causa prejuízos concretos ao funcionamento eficiente do Estado Democrático de Direito”, diz a notificação extrajudicial.

Na sexta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com ministros para discutir as mudanças anunciadas pela Meta. Após o encontro, Rui Costa, chefe da Casa Civil, afirmou que a regulamentação das redes sociais será uma prioridade em 2025.

Pesquisa aponta empate entre Lula e Bolsonaro para 2026

/ ELEIÇÕES

Pesquisa divulgada ontem pelo instituto Paraná Pesquisas mostra empate técnico na disputa presidencial de 2026 entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - 34% - e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) - 33,9% -, que atualmente está inelegível. O levantamento entrevistou 2.018 eleitores e tem uma margem de erro de 2,2 pontos percentuais.

O cenário conta com a presença do ex-coach Pablo Marçal (PRTB) na disputa, que tem 6,1% das intenções. Além destes, Ciro Gomes (PDT) tem 11,3%, Ronaldo Caiado (União) 4,7%, e Helder Barbalho 1,2%.

Dino define data limite para apresentação de regras de emendas

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro Flávio Dino, do STF, determinou no domingo (12) que os governos federal e estaduais apresentem, em um prazo de 30 dias, a publicação de normas para uso de recursos de emendas parlamentares em instituições de ensino superior.

A decisão leva em conta a necessidade de “prestação de contas adequadas quanto às emendas parlamentares federais, com transparência e rastreabilidade” tanto nas universidades “como nas suas respectivas Fundações de Apoio”.

Dino pediu urgência na divulgação e determinou que a decisão tenha ciência dos presidentes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andi-

fes) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

No despacho, o ministro contextualizou que a CGU apresentou os resultados de auditoria realizada sobre as 33 entidades sem fins lucrativos que receberam o maior volume de empenhos e o maior valor de pagamentos oriundos de emendas parlamentares no período de 2 de fevereiro a 21 de dezembro do ano passado.

“Entre as entidades selecionadas na amostra, há um número significativo de Fundações de Apoio a Universidades (...), há relatos nos autos de que tais Fundações, por intermédio de contratações de ONGs sem critérios objetivos, têm servido como instrumentos para repasses de valores provenientes de emendas parlamentares”, argumentou o ministro.